

Histórias da capitania de São Paulo

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **História de São Paulo colonial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 346p.

Denise A Soares de Moura*

São Paulo de 1532 a 1822. 290 anos de uma capitania que primeiro chamou-se São Vicente e somente em 1711 foi comprada por D. João V ao Marques de Cascais, D. Luís Álvares de Castro e Sousa, curiosamente, membro do Conselho do rei. O preço pago: 40 mil cruzados.

Valor alto, mas que para a Coroa portuguesa compensava porque a região da donatária do Marques dava um dos principais caminhos para as ricas zonas minerais no centro do continente do Brasil, o que indica o nome que manteve de 1709 a 1720: capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Dos tempos de capitania donatarial e capitania da Coroa muito aconteceu e o livro organizado por Maria Beatriz Nizza da Silva trata justamente desta gama variada de acontecimentos traduzidos em processos econômicos, políticos, administrativos e sociais que deram forma própria à história da capitania de São Paulo.

Ao longo dos quatro capítulos escritos por Beatriz Nizza e outros três pesquisadores renomados o leitor se depara com vários temas, abordados com maior ou menor profundidade, alguns ainda pouco estudados, outros com interpretação historiográfica já consolidada.

Problemáticas em história social, como família, o universo feminino, Igreja e religiões são mais detidamente enfocadas e aparecem em três dos quatro capítulos. Apenas o último tem enfoque essencialmente político. Este formato da obra pode ser explicado pela própria especialização dos autores que participaram da escrita do livro.

A organizadora tem diversos livros publicados no Brasil sobre os temas família, mulher e casamento no período colonial. Seu último livro publicado pela Editora UNESP foi *Ser nobre na colônia*¹, que percorre com densidade empírica todos os meandros da burocracia portuguesa que titulavam o colono prestador de serviços à Coroa.

Carlos de Almeida Prado Bacellar, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenador do Arquivo Público do Estado de São Paulo tem sólida pesquisa em demografia histórica e no campo da história da família. Eliana

* Professora no Dep. de História da Universidade Estadual Paulista, campus de Franca.

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. SP, Ed. UNESP, 2005.

Goldschmidt é certamente uma das que mais conhece a documentação eclesiástica paulista e escreveu muito sobre casamento e transgressão. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves é uma das referências obrigatórias na historiografia sobre a cultura política da independência

No conjunto e como aborda um longo período, a obra tem caráter abrangente e fornece uma visão panorâmica, mas aprofundada daqueles temas mais relacionados às pesquisas dos autores. Além disto, há sólida fundamentação em pesquisa empírica e por isto os capítulos têm pontos de originalidade e fornecem sugestões de assuntos que ainda necessitam ser investigados.

Não há um problema específico que dirija o foco narrativo, mas temas que envolvem população, educação, família, igreja, ordens religiosas, administração, cultura, política, vilas, sesmarias, entradas no sertão, índios, jesuítas, economia, entre outros, enunciados ou desenvolvidos ao longo de 318 páginas.

O primeiro capítulo esclarece questões difíceis e pouco referidas do tempo donatarial da então capitania de São Vicente, como a disputa entre duas Casas Portuguesas, Vimieiro e Monsanto, pela posse desta capitania e seus limites imprecisos com a capitania de Santo Amaro.

Neste capítulo a autora ainda acompanha os esforços da metrópole portuguesa para implantar uma estrutura administrativa na região, através da nomeação de ouvidor régio, provedor e a criação dos Terços.

No tratamento deste período a autora anuncia um conjunto de temas mais cuidadosamente enfocados no capítulo dois e que dizem respeito à força de influência dos descobertos de minerais em Minas Gerais, Goiás e Cuiabá sobre as modificações políticas, administrativas e territoriais que a metrópole portuguesa impôs àquela que viria ser a capitania de São Paulo.

Como o próprio capítulo 1 dá a entender, desde a criação da Repartição do Sul, em 1643, a região centro-sul do continente vinha sendo pensada em conjunto pela Coroa.

Mas além do ouro e da multiplicação de caminhos para as áreas minerais, o capítulo 2 aborda o problema dos índios administrados, a política de miscigenação forçada levada à cabo pelos colonos de São Paulo, que para garantir a continuidade da presença da população indígena em seus domínios incentivaram as uniões entre índias e africanos.

Temas também atraentes neste capítulo são a presença das várias ordens religiosas – franciscanos, beneditinos, carmelitas – controlando os aldeamentos indígenas e a ausência dos visitadores do Santo Ofício em São Paulo, que contou apenas com um Tribunal Diocesano, que recebia todo tipo de denúncia de comportamento tido como moralmente transgressor.

O capítulo 3, o mais extenso, envolve a segunda metade do século XVIII e os anos antecedentes à independência. Aborda temas caros para o período, como a comprovação da expansão demográfica da capitania realizada por pesquisa clássica², defendida em 1974 na Universidade de São Paulo e publicada somente em 2000.

Esta constatação foi decisiva para a revisão historiográfica sobre São Paulo colonial e embasou uma série de dissertações e teses que passaram a negar, com pesquisa empírica, os argumentos da pobreza, despovoamento e imobilismo econômico de São Paulo no período.

Neste mesmo capítulo 3 questões da História Social e da Família também são enfocadas, como os sistemas de herança, o casamento de escravos e as famílias escravas, a educação feminina. A ilustração é tratada com riqueza de indicações de obras lidas no período e destaca o papel de cirurgiões, médicos e engenheiros na busca de soluções racionais para problemas cruciais da capitania, como o combate às epidemias de bexiga e à construção de caminhos.

Na questão religião são abordadas as irmandades e seus conflitos com os párocos das localidades e as produções musicais e festivas. Este capítulo termina com a discussão da retomada, no século XVIII, do complexo litígio do período donatarial envolvendo as Casas de Vimieiro e Monsanto. Na ocasião a Casa Vimieiro perdeu a capitania de São Vicente e com a sua aquisição pela Coroa, em 1709, solicitava a D. Maria uma indenização.

Nesta empreitada teve ativo papel o genealogista e historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme, encarregado de levantar fatos e documentos referentes à capitania no tempo em que pertencera à Casa de Vimieiro, o que deu origem, em 1772, ao texto da *História da Capitania de São Vicente*.

O breve e último capítulo discute a inserção de São Paulo na movimentação política da independência tanto do ponto de vista institucional, através das idéias defendidas pelos deputados paulistas nos debates das Cortes Constituintes de Lisboa, como do ponto de vista do movimento revolucionário local, ocorrido na cidade de São Paulo em 1821 e conhecido como Bernarda de Francisco Ignácio.

O eixo deste capítulo é a constatação e tese amplamente aceita pela historiografia de que não houve um interesse das elites ilustradas, de potentados locais e comerciantes em romper com Portugal, mas pôr fim ao despotismo e assegurar a centralidade do Império no continente.

Apesar de ser uma obra sobre uma região do centro-sul que sempre esteve no foco de preocupações da Coroa portuguesa como via de acesso às zonas minerais e ao interior

² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. SP: HUCITEC/EDUSP, 2000.

do continente que precisava ser concretamente incorporado aos domínios da Coroa, sob pena de perdê-lo para a Monarquia hispânica, não há uma reflexão do ponto de vista do Império português, acompanhando a inter-ligação de suas várias partes, conforme a historiografia faz hoje, muito inspirada na tradição anglo-saxã³.

A opção por um percurso empírico e por um espaço colonial específico, São Paulo, contudo, não impediu a obra de passar por temas intensamente investigados pela historiografia sobre Império português e muitas vezes, inclusive, dar um tratamento original.

O capítulo 3, por exemplo, tem 8 páginas sobre o “grupo mercantil” e focaliza em grande medida a vila de Santos e faz menção à atividade costeira, propondo um caminho de pesquisa deste segmento mais litorâneo ao invés de interiorizador⁴.

Um dos pontos altos do livro é a valorização do caráter heterogêneo do grande espaço colonial capitania de São Paulo, ao destacar a produção de açúcar das vilas do quadrilátero tradicional do açúcar, as vilas dos caminhos dos Goiases, que davam caminho para as zonas tardias de mineração, as vilas do norte, produtoras de açúcar e alimentos e mais estreitamente ligadas ao Rio de Janeiro e o litoral sul.

Ao longo de todo o texto o leitor encontrará muitas sugestões de pesquisa e por isto sua leitura é recomendável para aqueles que pretendem desenvolver investigação sobre São Paulo colonial. Em vista disto, deveria ter havido mais zelo nas referências dos documentos, que muitas vezes interessam ao leitor, mas não se tem as informações essenciais para localizá-lo tanto no tempo como no Arquivo.

Como exemplo de indicações de pesquisa destaco no capítulo 3 os conselhos para que o pesquisador interessado se dirija à documentação de Minas Gerais, Rio de Janeiro ou ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa ao pesquisar certos momentos da história da capitania, como a fase das descobertas auríferas e quando perdeu sua autonomia.

Também no capítulo 2 parece interessante compreender um assunto apenas mencionado, como a diversidade de missões religiosas à frente dos aldeamentos indígenas na região e especialmente como pode ter sido a convivência entre estas diferentes missões na possível disputa pela organização das comunidades indígenas.

³ BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. SP: Comp. das Letras, 2002, originalmente publicado em 1969. Na produção atual destaco RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa, Difel, 1998, MONTEIRO, Nuno Gonçalo et alli. Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005 e as pesquisas do Projeto Temático Dimensões do Império Português – séculos XVI ao XIX, coordenado por Laura de Mello e Souza na Cátedra Jaime Cortesão do Dep. de História da Universidade de São Paulo.

⁴ Blaj, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. SP, Humanitas/FFLCH/USP-FAPESP, 2002; RABELLO, Elizabeth Darwiche. *Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX*. Assis/SP, Tese (Livre-Docência), 1988; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo*. SP: Tese de Doutoramento, FFLCH/USP, 2006.

Diante da vasta produção sobre negociantes e câmaras no Império português, que a obra não faz referência⁵, é bastante interessante a constatação de que no início do século XIX estes mesmos indivíduos que tanto procuraram prestígio se inserindo nesta instituição local de poder, agora fugiam dela. Sinal de mudança nas bases do Império português

Mas o livro é bastante útil também para aqueles que já estão envolvidos com temas que tem a região como referência pelo caráter informativo que a obra possui, em termos de episódios específicos que sempre são essenciais para uma boa análise dos processos históricos.

Referências Bibliográficas

- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo.** SP: FFLCH/USP, Tese de Doutoramento, 2006.
- BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português: 1415-1825.** Trad. Anna Olga de Barros Barreto. SP: Comp. das Letras, 2002.
- BICALHO, Maria Fernada. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. Fragoso, João et alli. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa.** RJ: Civilização Brasileira, 2001: 189-222.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721).** SP: Humanitas/FFLCH/USP-FAPESP, 2002;
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agraria paulista, 1700-1836.** SP: HUCITEC/EDUSP, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo et alli. **Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005
- RABELLO, Elizabeth Darwiche. **Os comerciantes na sociedade paulistana na primeira metade do século XIX.** Assis/SP: Tese (Livre-Docência), 1988;
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808).** Lisboa: Difel, 1998.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia.** SP: Ed. UNESP, 2005.
- SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII).** SP: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2003.

Recebido em Janeiro de 2010

Aprovado em Março de 2010

⁵ BICALHO, Maria Fernada. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. Fragoso, João et alli. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa.* RJ, Civilização Brasileira, 2001: 189-222; SOUZA, Avanete Pereira. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII).* FFLCH/USP: Tese de Doutorado, 2003; BORREGO, Maria Aparecida Menezes, *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo.* SP: Tese de Doutoramento, FFLCH/USP, 2006.